

Taxa de Marinha

ELEITOS SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO JÁ ENVIOU LISTA DE MORADORES À JUSTIÇA FEDERAL

Taxa de marinha é adiada pela 3ª vez e vencerá em dezembro

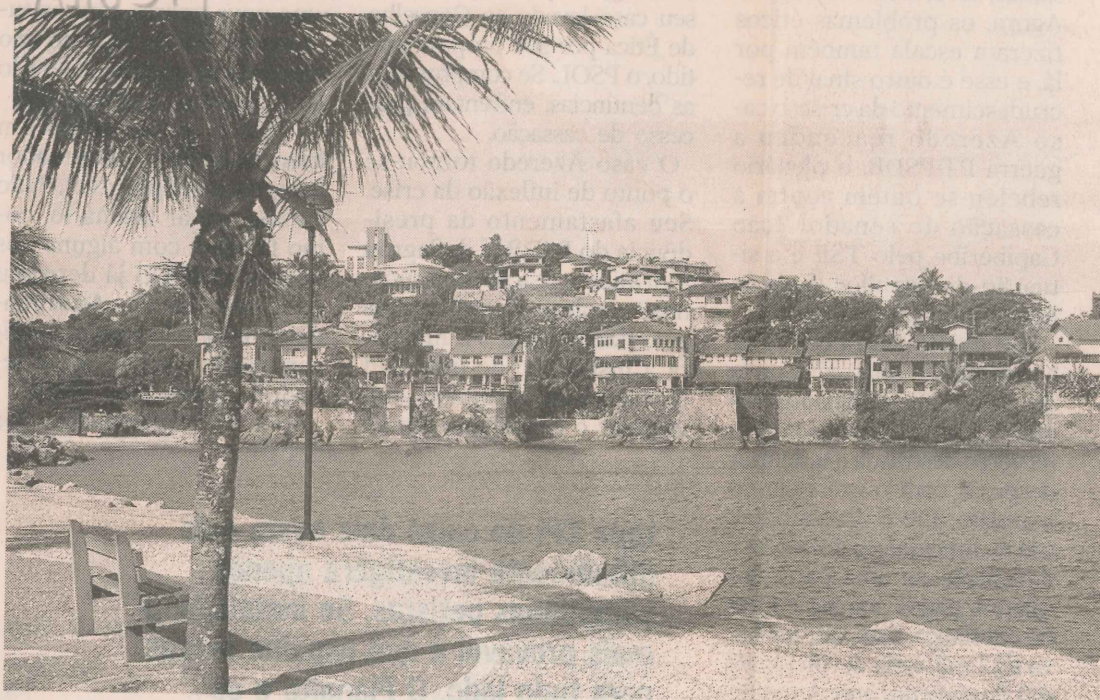
Justiça ainda não decidiu quais moradores vão deixar de pagar o imposto

LÚCIA GARCIA
lgarcia@redgazeta.com.br

Pela terceira vez neste ano, o pagamento da taxa de marinha será adiado. O vencimento seria no dia 31 de outubro, mas a Superintendência de Patrimônio da União (SPU), em Brasília, prorrogou o pagamento para 31 de dezembro. A decisão será publicada no *Diário Oficial da União*, desta semana, por meio de portaria.

Segundo o gerente regional da SPU, Edmar Rocha Fraga, o adiamento se deve ao fato de a Justiça federal não ter decidido quais moradores vão deixar de pagar a taxa de marinha. Ele afirma que já enviou à justiça o estudo técnico a fim de demonstrar quais são os beneficiários.

“A cobrança da taxa vence no dia 31 de outubro, mas a SPU em Brasília vai baixar nova portaria, até quinta, adiando o pagamento para 31 de dezembro. Mas isto só vale para os contribuintes de Vitória. Nos demais municípios o pagamento é nor-



ÁREA DE COBRANÇA. Moradores da Ilha do Boi e Ilha do Frade que receberam o boleto aguardam resposta definitiva. Adiamento do vencimento vale só para Vitória. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

“É um abuso. Ainda não paguei a taxa, que vence no dia 31. Só vou pagar depois que a SPU se pronunciar”, reclamou uma moradora que preferiu não se identificar.

Vaivém. O processo que trata da isenção da cobrança da taxa de marinha está a cargo da juíza Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand. Em seu último despacho, no dia 13, ela enviou o caso ao Ministério Público Federal (MPF). O processo

de setembro. “A União manteve-se silente, não apresentando o estudo técnico em tela”, consta do despacho da juíza, no dia 14 de setembro.

Neste mesmo despacho, ela

deu mais 10 dias para a SPU mostrar o estudo técnico com o nomes dos isentos. O laudo foi enviado, mas fora do prazo estipulado pela juíza. Por isso, o processo está com o MPF.

Audiência pública discute cobrança

A cobrança da taxa de marinha será debatida amanhã, em audiência pública, na Câmara de Vereadores de Vitória, a partir das 14h30. A

MEMÓRIA

■ **Decisão.** A pedido do Ministério Público Federal (MPF), há alguns meses, a Justiça Federal determinou a suspensão da taxa de marinha em Vitória. Porém a Gerência Regional de Patrimônio da União entendeu que a decisão se estenderia para todo o Espírito Santo. Diante disso, a data de pagamento foi adiada do dia 31 de maio para 31 de agosto.

■ **Interpretações.** Entretanto, a Superintendência de Patrimônio da União, em Brasília, entendeu que a suspensão da cobrança só deveria acontecer em Vitória. Sendo assim, a taxa de marinha deveria continuar sendo paga no dia 31 de maio.

■ **Falta de comunicação.** O problema é que a interpretação da SPU em Brasília não foi comunicada à sociedade e à imprensa, e os contribuintes achavam que a taxa de marinha só deveria ser paga no dia 31 de agosto, conforme anunciado pelo gerente de Patrimônio da União, Edmar Fraga.

■ **Multas.** Diante do impasse, multas e juros passaram a ser cobrados dos contribuintes que deixaram para pagar o tributo na data anunciada, ou seja, 31 de agosto. Para evitar prejuízos, a SPU prometeu ressarcir os contribuintes que pagaram multas e juros.

■ **Segundo adiamento.** Mais uma vez a taxa de marinha em Vitória acabou prorrogada, desta vez para o dia 31 de outubro. A regra valia apenas para os moradores da Capital. Nos demais municípios, aonde a taxa de marinha

o adiamento se deve ao fato de a Justiça federal não ter decidido quais moradores vão deixar de pagar a taxa de marinha. Ele afirma que já enviou à justiça o estudo técnico a fim de demonstrar quais são os beneficiários.

“A cobrança da taxa vence no dia 31 de outubro, mas a SPU em Brasília vai baixar nova portaria, até quinta, adiando o pagamento para 31 de dezembro. Mas isto só vale para os contribuintes de Vitória. Nos demais municípios o pagamento é normal, ou seja, terá que ser feito na próxima segunda-feira. Já apresentamos o estudo técnico com a lista dos isentos da taxa. Falta a Justiça federal se manifestar”, frisou. Fraga.

Enquanto esta pendenga não é resolvida, os moradores ficam à espera de uma resposta definitiva. Nos bairros Ilha do Frade e Ilha do Boi o que não falta é reclamação da taxa.

“É um abuso. Ainda não paguei a taxa, que vence no dia 31. Só vou pagar depois que a SPU se pronunciar”, reclamou uma moradora que preferiu não se identificar.

Vaivém. O processo que trata da isenção da cobrança da taxa de marinha está a cargo da juíza Maria Claudia de Garcia Paula Allemand. Em seu último despacho, no dia 13, ela enviou o caso ao Ministério Público Federal (MPF). O processo chegou ontem ao gabinete do procurador Carlos Mazzoco, que terá cinco dias úteis para dar seu parecer final.

A juíza enviou o caso para o MPF porque entendeu que houve descumprimento de ordem judicial, por parte da SPU, que não enviou o estudo técnico no prazo dado por ela.

Conforme o site da Justiça federal, este prazo venceu em 2

de setembro. “A União manteve-se silente, não apresentando o estudo técnico em tela”, consta do despacho da juíza, no dia 14 de setembro.

Neste mesmo despacho, ela

deu mais 10 dias para a SPU mostrar o estudo técnico com o nomes dos isentos. O laudo foi enviado, mas fora do prazo estipulado pela juíza. Por isso, o processo está com o MPF.

ja, 31 de agosto. Para evitar prejuízos, a SPU prometeu ressarcir os contribuintes que pagaram multas e juros.

■ Segundo adiamento.

Mais uma vez a taxa de marinha em Vitória acabou prorrogada, desta vez para o dia 31 de outubro. A regra valia apenas para os moradores da Capital. Nos demais municípios, aonde a taxa de marinha é cobrada, deveriam efetuar o pagamento normalmente.

■ Terceira vez.

Faltando seis dias para o vencimento da taxa, a SPU informou ontem que vai adiar a data do pagamento de novo: para o dia 31 de dezembro. O adiamento vale só para moradores de Vitória.

Audiência pública discute cobrança

A cobrança da taxa de marinha será debatida amanhã, em audiência pública, na Câmara de Vereadores de Vitória, a partir das 14h30. A discussão é um pedido do vereador José Carlos Lyrio Rocha. Ele ficou sabendo ontem, através de A GAZETA, do novo adiamento da cobrança da taxa. “É por estas e outras que a gente está fazendo esta audiência. Tem outros embaraços, como a cobrança do laudêmio para a transferência de imóveis. Está dando um confusão grande nos cartórios”, frisou o vereador. Ele salientou que “a situação vai ficar ainda mais preocupante” com o terceiro adiamento da cobrança da taxa. “Imagina, as pessoas pagando taxa de 2005 em 2006. Serão duas taxas, porque a SPU não vai querer cobrar os valores deste ano de uma só vez”, frisou. Foram convidados para o debate o procurador da República Carlos Fernando Mazzoco e o gerente regional da SPU, Edmar Fraga.

Eles são vizinhos, mas só um deles paga

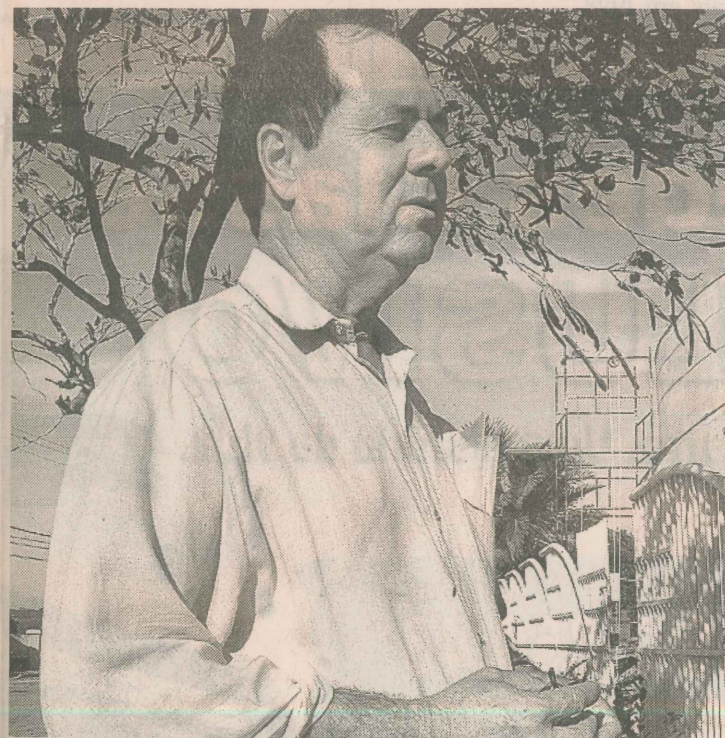


SEM TRIBUTAÇÃO. Em meio a inúmeros moradores que reclamam do pagamento da taxa de marinha, existem aqueles “sortudos” que estão isentos da cobrança, apesar de viverem a 50 metros da praia. É o caso do autônomo João Aroldo Cipriano Ferraz. Ele tem uma casa na Rua Aref Hilal, na Ilha do Boi, mas na escritura do imóvel não está prevista a cobrança do imposto. O morador acredita que o imóvel não sofre tributação porque quando o terreno foi vendido, a região ainda era um aterro, e estava prevista a construção de um shopping. Por isso na escritura da casa não consta o cobrança da taxa do terreno de marinha. Segundo Cipriano, todos os lotes em sua rua que estão na mesma disposição geográfica não são obrigados a pagar a taxa de terreno de marinha. Em compensação, os vizinhos do autônomo, que moram mais distantes da praia, não se cansam de reclamar do imposto. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

PROBLEMA ANTIGO

“Comprei um terreno para pagar taxa?”

RUI SOARES AGUIAR
Empresário



“Nós, moradores da Ilha do Frade e do Boi, achamos um absurdo esta cobrança. A taxa é muito cara. Eu pago uns R\$ 4 mil por mês. Ainda não paguei este ano, desde que a justiça determinou a suspensão. Como pode a gente comprar um terreno e continuar pagando uma taxa por ele? Isso acontece comigo há 20 anos. Entrei com um processo de aforamento – contrato em que o dono de um imóvel em terreno de marinha adquire o domínio útil, mas, para usar a área, ele deve pagar 0,6% do valor do terreno –, mas a União não tem interesse em resolver o problema dos terrenos de marinha.” FOTO: GABRIEL LORDÉLLO